

6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Direitos Sociais e Cidadania

PARECER SOBRE A PROPOSTA N.º 537/2014

(Alteração ao Regulamento do “Conselho Municipal para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens”, incluindo a alteração da sua designação para “Conselho Municipal para a Igualdade”, após a submissão a consulta pública)

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 537/2014 e da sua remessa pela senhora Presidente da Assembleia Municipal à comissão competente em razão da matéria, vem a Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania emitir o seu parecer.

1. Enquadramento

A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos os artigos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, uma proposta de Alteração ao Regulamento do “Conselho Municipal para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens”, incluindo a alteração da sua designação para “Conselho Municipal para a Igualdade”.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou a 30 de abril de 2014, pela Deliberação n.º 209/CN/2014, o projeto de alteração ao regulamento do “Conselho Municipal para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens”, incluindo a alteração da sua designação para “Conselho Municipal para a Igualdade”, tendo submetido o projeto a discussão pública pelo período de 30 dias. O período de discussão pública decorreu de 6 de junho a 21 de julho de 2014.

Na sequência do período de discussão pública e dos contributos recebidos, a Câmara Municipal optou por introduzir alterações a versão originária, nomeadamente no que respeita à sua composição (passando a integrar representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal de Lisboa) e às suas competências (que passam a incluir a emissão de parecer sobre os documentos estratégicos de gestão).

2. Análise

A exposição de motivos do projeto dá nota dos objetivos subjacentes à alteração proposta, assente na necessidade de revitalização de um órgão consultivo do município cujo funcionamento não correspondeu, no passado, às expectativas e ao papel que poderia ser chamado a desempenhar no quadro de uma crescente centralidade das políticas de igualdade de género.

Paralelamente, tendo em conta quer o disposto no programa de governo municipal, no seu eixo “Lisboa Inclusiva”, quer o objetivo de lançar uma abordagem transversal no combate a todas as formas de discriminação (na linha, aliás, acrescente-se, do caminho trilhado recentemente no plano nacional, europeu e internacional no que concerne à abordagem integrada e ao combate às discriminações múltiplas), o Conselho Municipal passa a ter as competências (e a designação) que lhe permite intervir no combate à discriminação em função de todo o elenco de cláusulas suspeitas constantes da legislação nacional e de fontes europeias internacionais (indo até mais longe do que muitos textos normativos, não esquecendo de enquadrar a identidade de género como fator discriminatório a acautelar).

Neste contexto, afigura-se relevante analisar os traços fundamentais da sua composição e competências.

2.1. Composição

Nos termos da proposta, o Conselho integra como membros permanentes:

- O Presidente da Câmara e o Vereador ou Vereadora com competência delegada;
- Representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal;
- Representantes das ONGs com trabalho realizado na área de combate às diversas formas de discriminação, na área do município;
- Representantes das Direções Municipais;
- Até 3 personalidades com reconhecida intervenção cívica, técnica ou científica no domínio da igualdade.

Paralelamente, podem ainda participar nas reuniões do Conselho representantes das Juntas de Freguesia ou outras personalidades ou entidades com trabalho relevante na área da igualdade.

Quanto a este ponto, importa sublinhar quer a preocupação em assegurar a representação das diversas Direções Municipais, de forma a garantir a transversalidade da implementação das políticas públicas na área da igualdade e não discriminação, quer a previsão de um mecanismo de articulação com o plano das Freguesias, cujas novas competências tenderão a torná-las, cada vez mais, atores incontornáveis no sucesso das políticas locais para a igualdade.

Ainda assim, seria desejável, para além da possibilidade de serem chamados a estar presentes os Presidentes de Junta de Freguesia que o Conselho tenha por pertinentes para os seus trabalhos, a Assembleia Municipal deveria eleger um Presidente de Junta de Freguesia como membro permanente do Conselho, assegurando a permanência do laço àquelas autarquias locais, à semelhança do que sucede com outros Conselhos Municipais.

Ainda quanto à composição, importaria introduzir algumas notas de clarificação quanto à redação de algumas alíneas, de forma a:

- a) Clarificar, na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º que se trata de representantes de “forças políticas”, e não de “forças partidárias”, em linha com a sugestão formulada na discussão pública e de forma a acautelar outras realidades de representação na Assembleia Municipal (atuais ou futuras);
- b) Clarificar que os Deputados municipais que exerçam o seu mandato a título individual (i.e. não integrando grupos municipais) devem indicar alguém que os represente no Conselho Municipal para a Igualdade, considerando-se por isso como “força política” para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
- c) Clarificar que o representante das forças políticas a indicar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º não tem necessariamente de ser Deputado municipal (também na linha do proponente do aditamento em fase de discussão pública).

Paralelamente, seria igualmente clarificador que, ao abrigo da competência de aprovação do seu regimento interno (artigo 10.º), o Conselho Municipal para a Igualdade determinasse a identificação de quais os representantes das ONGs com trabalho realizado na área de combate às diversas formas de discriminação que o integram, de forma a facilitar o apuramento do quórum para as suas deliberações, à semelhança do que sucede em outros Conselhos Municipais (v.g. Conselho Municipal de Juventude).

2.2. Competências

Nos termos da proposta, são competências do Conselho Municipal para a Igualdade:

- a) Emissão de pareceres sobre políticas municipais em sede de cidadania, igualdade e não discriminação;
- b) Emissão de pareceres a pedido do executivo municipal;
- c) Pronúncia sobre projetos e iniciativas suscetíveis de constituir ações discriminatórias ou violadoras de direitos de cidadania, a pedido da CML e da AML;
- d) Propositura à CML a realização de ações específicas na área da igualdade e não discriminação;
- e) Apresentar estudos e recomendações a prosseguir na autarquia;
- f) Promover a realização de debates sobre igualdade;
- g) Constituir grupos de trabalho para análise de questões da sua competência;
- h) Pronunciar-se sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Município.

São de destacar neste domínio, quer a possibilidade de acompanhamento de políticas municipais de forma prospetiva (através da análise do Orçamento e Plano) e permanente (através da emissão de pareceres a pedido da CML ou da AML), quer a possibilidade de funcionar como um dinamizador para a reflexão, para a promoção de debates e estudos sobre o estado da igualdade na cidade, tornando o Conselho um agente ativo da vida do município.

3. Opinião de outras forças políticas

O Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu igualmente contributos, que seguem em anexo ao presente parecer, no sentido de ser ponderada a criação de uma figura de Provedor Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação, complementar ao trabalho do Conselho Municipal e dotado de capacidade de intervenção permanente junto dos serviços municipais no âmbito alargado do combate às discriminações.

A questão foi discutida pela Comissão, tendo a questão da sobreposição de funções com os conselheiros municipais para a igualdade sido focada (não obstante o âmbito mais abrangente da proposta de um Provedor para todas as áreas de discriminação, que não apenas em função do género), bem como a eventuais dúvidas suscitadas em tempos pela Provedoria de Justiça quanto à multiplicação de provedores setoriais (tendo também sido frisada a adoção da figura por outras instituições públicas e que se têm revelado positivas, como é o caso dos Provedores dos Estudantes, no quadro do ensino superior).

4. Conclusões

Analizada a proposta de alteração ao Regulamento do “Conselho Municipal para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens”, incluindo a alteração da sua designação para “Conselho Municipal para a Igualdade”, bem como os documentos anexos, a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa emite parecer favorável à mesma, concluindo o seguinte:

1. A proposta cumpre os requisitos legais exigíveis à aprovação de regulamentos municipais, tendo, nomeadamente, sido submetido a discussão pública nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo;
2. A proposta traduz o cumprimento do programa de Governo da cidade no eixo Lisboa Inclusiva;
3. A proposta apresenta um quadro renovado de membros do Conselho, merecendo saudação particular:
 - i) A preocupação em assegurar a representação das diversas Direções Municipais, de forma a garantir a transversalidade da implementação das políticas públicas na área da igualdade e não discriminação;
 - ii) A previsão de representantes dos eleitos na Assembleia Municipal, resultante do período de consulta pública, assegurando a valorização da representação democrática dos cidadão no Conselho Municipal para a Igualdade;
 - iii) A previsão de um mecanismo de articulação com o plano das Freguesias, cujas novas competências tenderão a torná-las, cada vez mais, atores incontornáveis no sucesso das políticas locais para a igualdade.
4. O quadro de competências do Conselho permite assegurar o acompanhamento de políticas municipais de forma prospetiva (através da análise do Orçamento e Plano) e permanente (através da emissão de pareceres a pedido da CML ou da AML), tornando-o um dinamizador para a reflexão, para a promoção de debates e estudos sobre o estado da igualdade na cidade.

5. A previsão da emissão de parecer em relação ao Orçamento e Plano, decorrente também da consulta pública, merece igualmente saudação, dotando o Conselho Municipal para a Igualdade de um mecanismo fundamental para operar a transversalização de políticas de igualdade nas diversas áreas de intervenção das políticas públicas municipais.
6. Recomenda-se que, ao abrigo da competência de aprovação do seu regimento interno (artigo 10.º), o Conselho Municipal para a Igualdade determine a identificação de quais os representantes das ONGs com trabalho realizado na área de combate às diversas formas de discriminação, de forma a facilitar o apuramento do quórum para as suas deliberações, à semelhança do que sucede em outros Conselhos Municipais (v.g. Conselho Municipal de Juventude).
7. Sugere-se a introdução de algumas precisões de redação, de forma a:
 - i) Clarificar, na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º que se trata de representantes de “forças políticas”, e não de “forças partidárias”, em linha com a sugestão formulada na discussão pública e de forma a acautelar outras realidades de representação na Assembleia Municipal (atuais ou futuras);
 - ii) Clarificar que os Deputados municipais que exerçam o seu mandato a título individual (i.e. não integrando grupos municipais) devem indicar alguém que os represente no Conselho Municipal para a Igualdade, considerando-se por isso como “força política” para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
 - iii) Clarificar que o representante das forças políticas a indicar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º não tem necessariamente de ser Deputado municipal (também na linha da sugestão do proponente do aditamento em fase de discussão pública);
8. Recomenda-se ainda que, para além da possibilidade de serem chamados a estar presentes os Presidentes de Junta de Freguesia que o Conselho tenha por pertinentes para os seus trabalhos, a Assembleia Municipal deveria eleger um Presidente de Junta de Freguesia como membro permanente do Conselho, assegurando a permanência do laço àquelas autarquias locais.

9. Recomenda-se o desencadear de uma reflexão alargada entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal sobre o quadro de conselhos municipais existentes (e/ou a criar), atenta a diversidade de modelos de composição, competência, consagração legal e articulação com os órgãos do Município existentes em que poderá ser benéfica uma leitura integrada e racionalizadora.

Lisboa, Assembleia Municipal, 17 de outubro de 2014,

O Deputado Relator



Pedro Delgado Alves

O Presidente da Comissão

Magalhães Pereira